



## **Câmara Municipal Querência do Norte**

### **Departamento Jurídico**

#### **LEI Nº 1.813, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021.**

Dispõe sobre o valor e procedimento para pagamento das requisições de pequeno valor - RPV, do Município de Querência do Norte, e dá outras providências .

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou e eu ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Serão consideradas de pequeno valor, para os fins do disposto no §3º do art. 100 da Constituição Federal, no Município de Querência do Norte, os débitos ou as obrigações consignados em precatório judiciário que tenham valor igual ou inferior a R\$12.000,00 (doze mil reais).

Parágrafo 1º. Se o valor da execução contra a Fazenda Pública Municipal ultrapassar o teto estabelecido no caput, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo através da Requisição de Pequeno Valor - RPV, preservada neste caso a possibilidade de realização de acordo ou transação pela Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo 2º. O valor do teto sofrerá atualização de acordo com o IPCA.

Art. 2º. O crédito de pequeno valor não estará sujeito ao regime de precatórios e deverá ser pago, mediante depósito judicial, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data em que for protocolada, perante o órgão competente, a requisição expedida pelo juízo da execução.

Parágrafo único. Nas Requisições de Pequeno Valor expedidas por meio eletrônico, o prazo será contado da data de expedição.

Art. 3º. São vedados o fracionamento, a repartição ou a quebra do valor da execução para que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no "caput" do art. 2.º desta Lei e, em parte, com a expedição de precatório.

Art. 4º. Autoriza e fixa em R\$5.000,00 (cinco mil reais), o pagamento direto ou pronto pagamento de produtos e serviços, mediante prévia justificativa e interesse público, desde que não seja fracionamento do mesmo objeto e não contrarie a Lei de licitação.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Querência do Norte, Estado do Paraná, 19 de novembro de 2021.

ALEX SANDRO FERNANDES  
Prefeito Municipal

Este texto não substitui o publicado no DOEM nº 900 – Ed. Extra, de 19.11.2021 (p. 03).